



Suplemento - Assembleia-geral

BOLETIM INFORMATIVO UNAC. Edição Nº 80

Editor: UNAC | Tel.: 21 416016 / 82 300 1875 | Rua da Resistência Nº 1803 | Boletim Nº 80 | Outubro/ Dezembro | 2023

INTRODUÇÃO

Assembleia-geral da UNAC

Composição

A Assembleia-geral é composta por todos os membros da UNAC, em pleno gozo dos seus direitos.

Funcionamento

☞ A Assembleia-geral reúne-se ordinariamente, uma vez por ano, sendo as suas sessões presididas pela Mesa da Assembleia-geral.

☞ A Assembleia-geral reúne-se extraordinariamente sempre que convocada, nos termos dos Estatutos da UNAC.

☞ A Assembleia-geral reúne-se em primeira convocação com pelo menos mais de metade dos seus membros fundadores ou efectivos.

☞ As deliberações da Assembleia-geral são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros fundadores e/ou efectivos presentes.

☞ As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da UNAC requerem o voto favorável de três quartos dos seus membros.

☞ O Regulamento Interno estabelece a forma e o modo de funcionamento das sessões da Assembleia-geral.

Competências

Segundo rezam os Estatutos da UNAC, são competências da Assembleia-geral, as seguintes:

☞ Eleger e exonerar os membros da Mesa da Assembleia-geral, os membros do Conselho de Direcção e os membros do Conselho Fiscal.

☞ Aprovar o programa geral de actividades da UNAC.

☞ Apreciar e votar os relatórios, narrativo e financeiro da UNAC,



“Resistir à repressão!

Face às crises globais, construímos a Soberania Alimentar, com vista a assegurarmos um futuro melhor para a humanidade”!

e deliberar sobre a aplicação dos resultados líquidos do exercício económico findo, na prossecução do fim e objectivos da UNAC.

☞ Aprovar o programa e orçamento anuais da UNAC.

☞ Definir, anualmente, o valor da jóia e quotas a pagar pelos membros.

☞ Deliberar sobre os recursos de decisões tomadas pelo Conselho de Direcção.

☞ Decidir sobre as remunerações a atribuir aos membros dos órgãos sociais.

☞ Alterar os Estatutos e aprovar o Regulamento Interno da UNAC e demais regulamentos que entenda convenientes.

☞ Deliberar sobre a extinção da UNAC.

☞ Deliberar sobre quaisquer questões que lhe sejam submetidas e não sejam da competência dos outros órgãos sociais.

UNAC: Produzindo comida, alimentando Moçambique, e empoderando os camponeses e as camponesas, para o aumento da produção, produtividade e acesso ao mercado justo!...

Terra: Minha Vida, Meu Futuro!

Assembleia Ordinária da UNAC - 2023



Representante do Governo da Província de Inhambane, discursando para a Abertura Oficial do evento.

ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA 2023

**CIDADE DE INHAMBANE,
16 E 17 DE AGOSTO**

De 16 a 17 de Agosto, a UNAC-União Nacional de Camponeses realizou, na Cidade de Inhambane, mais uma Assembleia Ordinária, referente ao ano 2022; com um quórum de 72% do número previsto, isto é, com a participação de 48 delegados, dentre os quais, 28 mulheres. De referir que apenas 5 jovens fizeram parte deste universo.

Com efeito...

O evento coincide com um momento de crise económica e financeira, a nível do país e, particularmente, do movimento de camponeses e camponesas, daí que parte dos delegados de algumas províncias não tenham conseguido tomar parte do grande encontro. Recorde-se que esta assembleia teria sido realizada no mês de Abril, tendo sido adiada, repetidamente, por causa mesmo de défice financeiro, para o custeio da sua materialização.

Conferido o quórum e observados os procedimentos para o arranque dos trabalhos, o companheiro Saíde Amélia, na qualidade de Presidente da UPCI-União Provincial de Camponeses de Inhambane, hospedeira da assembleia, teceu algumas considerações, em jeito de mensagem de boas vindas. Agradeceu ao movimento pela escolha da sua província para anfitriã do evento, e desejou uma boa estadia, bom trabalho a todos e todas, e bom proveito do momento. Na sequência, e à moda local, a UPCI exibiu uma mística encantadora, através de uma das suas danças tradicionais.

Intervenção do governo

O Director Provincial de Agricultura de Inhambane, Senhor Francisco Feijão Matanganheta, convidado a usar da palavra, reconheceu e enalteceu a grande colaboração e a entrega abnegada da UNAC, a todos os níveis, à causa dos seus membros e não só. *“Saudamos, pois, esse espírito solidário e de trabalho abnegado, e reconhecemos em vós, a força sem a qual não se pode falar de desenvolvimento”* - reconheceu o governante, recomendando aos camponeses e camponesas, a redobram sempre mais os esforços, nas frentes de luta contra a fome e a

pobreza. Aos servidores do Estado e à classe empresarial, Matanganheta aproveitou a ocasião para apelar ao bom senso, na consideração e seguimento das preocupações dos camponeses e camponesas, vistos como os guardiões das boas práticas agrícolas, e como os combatentes da linha da frente, na luta contra a fome e desnutrição.

A terminar a sua intervenção, o Director Provincial da Agricultura prontificou-se a presentear com sementes de hortícolas diversas, os camponeses e camponesas que apresentaram a mística, em jeito de agradecimento, pela forma didáctica como transmitiram as bases de ligação, entre a agricultura e a dança tradicional local.

Intervenção da Presidente

De seguida, a Presidente da UNAC, companheira Ana Paula Tauacale, discursou, em nome do Conselho de Direcção, falando, com algum destaque, do estágio actual, sobretudo da arena política, do movimento. Na mesma ocasião, Tauacale solidarizou-se com os camponeses e camponesas, da Província da Cabo Delgado, palco de actuação macabra dos terroristas. *“Lamentamos a perda de vidas humanas, a movimentação forçada de companheiros e companheiras, o desmembramento de famílias, a destruição de infra-estruturas e a crise humanitária, resultantes de tais actos. Sabemos e lamentamos que haja famílias, mulheres, crianças, homens, que passam a vida se escondendo e sem comer, sem dormir, sem estudar, sem trabalhar, vulneráveis a várias doenças, sem acesso a serviços básicos de saúde, e apenas sobrevivendo, a cada dia que pas-*

Assembleia Ordinária da UNAC - 2023

sa; tudo isso, devido ao terrorismo que se vive no norte de Moçambique. Sabemos e lamentamos a morte e o desaparecimento de muitos dos nossos companheiros e companheiras” – curvou-se a Presidente da UNAC, lamentando-se também da queda e da subida, respectivamente, dos índices de produção e da desnutrição, sobretudo em crianças menores.

Agenda do encontro

A reunião em referência, seguiu a seguinte ordem de trabalhos:

1. Abertura, Apresentação e Aprovação da Agenda e Programa de trabalhos;
2. Sessão do Conselho de Direcção Alargado;
3. Reuniões paralelas das Comissões de Mulheres e Jovens;
4. Reflexão sobre Política de Terras 2022 e revisão da Lei de Terras de 1997;
5. Apresentação, discussão e aprovação dos relatórios financeiro e narrativo 2022;
6. Apresentação, discussão e aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 2023;
7. Diversos

Ponto 1 - Abertura, Apresentação e Aprovação da Agenda e Programa de trabalhos

Terminadas as formalidades e manifestações iniciais, que incluíram a mística, a entoação dos hinos, a oração, os discursos, etc, a Presidente da Mesa da Assembleia-geral, companheira Emília Jó, submeteu a Agenda e o Programa à votação, tendo estes sido aprovados por unanimi-



Parte dos delegados e delegadas, numa das plenárias da Assembleia-geral da UNAC.

dade, por todos os delegados presentes na sala, no momento.

Ponto 2 - Sessão do Conselho de Direcção Alargado

Estavam presentes os Presidentes das UPC's-Uniões Provinciais de Camponeses, com excepção de Inhambane e Maputo, que estiveram representados pelas suas Vice-Presidentes;

2.1 Fez-se a apresentação do “pulsar do movimento” em que cada UPC-União Provincial de Camponeses deu a conhecer as suas principais realizações em 2022:

1. UPC-Maputo

✍ Realizou-se visitas às Uniões Distritais de Camponeses (UDAC's) e reuniões mensais e trimestrais do Conselho de Direcção Alargado;

✍ Ergueu-se o escritório da UPCM-União Provincial de Camponeses de Maputo, tendo sido feita a inauguração da infra-estrutura, a 15 de Julho de 2023;

✍ Como constrangimento, verifi-

cou-se a falta de fundos para a dinamização das actividades, ao nível de alguns distritos.

2. UPC-Inhambane

✍ Facilitou-se uma formação em assistência jurídica, ligada ao DUAT, à Direcção e à equipe técnica da UPCI-União Provincial de Camponeses de Inhambane, em colaboração com Accord e ODHL;

✍ Como constrangimento, verificou-se algum atraso no desembolso de fundos e a ocorrência de ventos e chuvas que contribuíram para o atraso na implementação do plano de actividades.

3. UPC-Tete

✍ Realizou-se mais uma Assembleia-geral e Eleitoral, na qual foi reeleito o companheiro Freitas Jemusse, ao cargo de Presidente, para um segundo mandato de 5 anos. Participaram 62 delegados, 36 homens e 26 mulheres;

✍ Como desafios afigura-se a falta adesão dos jovens às activida-



Os cinco membros da Mesa da Assembleia-geral da UNAC.

des agrícolas.

4. UPC-Cabo Delgado

Estabeleceu-se 7 blocos de campos de hortícolas, numa área de 3.5 hectares, para benefício de 600 famílias, sendo 280 homens e 320 mulheres. Nestes campos existem 3 CDR's-Campos de Demonstração de Resultados montados;

Prestou-se apoio aos deslocados internos, para a criação de associações: 5 grupos em 3 comunidades, totalizando 138 membros, sendo 58 homens e 80 mulheres.

2.2 Debate do relatório narrativo e de contas 2022

Tomás Rafael, Presidente da União de Camponeses da Cidade de Maputo – A apresentação do relatório, nos moldes em que seria apresentado, poupa tempo.

Faustina Nampalamula, Presidente da UPC-Cabo Delgado – Quotização, Cabo Delgado tem dívida de 5.000,00MT, e pediu amnistia, no ano passado, devido aos ataques terroristas.

Domingos Buramo, Vice-

Presidente da UNAC – Relativamente ao pedido de Cabo Delgado, deve-se fazer por escrito, em Carta dirigida à Direcção da UNAC, para efeitos de anulação do registo/ contabilização da quota.

Costa Estêvão, Presidente da UPC-Nampula – O relatório pode sim ser apresentado de forma resumida pela Coordenação Executiva, na plenária da Assembleia-geral; cada delegado pode/ deve lê-lo no final deste primeiro dia, pra no segundo dia facilitar a discussão.

Diversos para o CDA: Seis pontos: Cooperativismo vs Associativismo, Análise da Sustentabilidade das Assembleias-gerais, Sustentabilidade da UNAC, Advocacia da UNAC, Cessação de Mandato de Líderes - o que acontece?, Lei das Associações sem Fins Lucrativos, Lei de Combate ao Terrorismo.

Tomás Rafael – Seria bom começarmos pelo ponto sobre cooperativismo vs associativismo. Em relação à advocacia, o companheiro Tomás questionou se a UNAC, como uma organização nacional, tem advogado ou só tem a área de advocacia na sua estrutura. E o companheiro Luís Muchanga, Coordenador Executivo da UNAC explicou

que a UNAC já teve advogados, nos anos 2000, consoante as necessidades da altura; de lá até cá, a UNAC já te-ve 3 advogados.

Em forma de insistência, o com-panheiro Tomás sugeriu que se pense em contratar advogado/ jurista, para a UNAC. Segundo ele, a Cidade de Maputo tem muitos problemas, e se a UNAC tivesse um acessor jurídico, alguns destes seriam ultrapassados no princípio. A UNAC na Cidade de Maputo não se faz sentir. A Cidade de Maputo precisa de acompanhamento da sede.

Luís Muchanga: A União da Cidade, deve, nos casos de necessidade, encaminhar as questões à equipe de advocacia, daí, ver-se-á se se consegue resolver internamente ou se é necessário sub-contratar um advogado profissional. Sobre a advocacia, é preciso que se garanta o treinamento em advocacia (UNAC Sede, Sector de ADV) e que haja uma integração e interacção permanente dos Agentes de Advocacia.

Domingos Buramo sugeriu que os demais pontos fossem levados, pelos líderes, para reflexão, ficando a sua discussão para a próxima sessão do CDA-Conselho de Direcção Alargado. E o ponto sobre a Lei de Branqueamento de Capitais poderia ser excluído, com base na explicação do Coordenador Executivo, segundo a qual, esta matéria já foi aprovada, na generalidade, pela AR-Assembleia da República. A questão da Sustentabilidade, seria discutida no dia seguinte, em plenária, com base na reflexão da comissão de homens do movimento.

A propósito dos “demais pontos”, Luís Muchanga referiu que

estes seriam discutidos numa reunião específica, para a qual serão mobilizados recursos para a sua materialização.

Alifa Aide, Presidente da UPCN-União Provincial de Camponeses de Niassa sugeriu que se agendassem formações políticas dirigidas aos líderes.

Segundo dia de trabalhos – 17 de Agosto de 2023

Plenária da Assembleia-geral

Foram apresentados os relatórios, narrativo e financeiro, referentes ao exercício de 2022, pelos companheiros Luís Muchanga e Simão Chelene Nkomo; e o parecer do Conselho Fiscal, pela companheira Ancha Geraldo, membro deste.

Debate dos relatórios:

Freitas Jemusse – a UNAC, a todos os níveis, está a passar por dificuldades; então, devemos reflectir, prioritariamente, sobre a questão de sustentabilidade. Assim, nos poucos fundos que recebemos dos parceiros (que ainda temos), poderíamos garantir alguma participação, através de quotas, por exemplo, para mantê-los motivados (os parceiros) a continuarem apoiando-nos, e para alargarmos o leque das nossas intervenções e/ou actividades. Por outra, devemos garantir o pagamento de quotas, apesar de ser um valor simbólico, e que não permite, por si só, a realização de grandes actividades.

Cristina Baciano, de Nampula – Agradeceu a implementação do programa de resgate e multiplicação de sementes locais.

Gulherme Castigo, da Zambézia – Agradeceu e congra-



Em destaque, os três membros do Conselho de Direcção da UNAC.

tulou a boa colaboração prevalente entre o CD-Conselho de Direcção, o CF-Conselho Fiscal e a equipe técnica, pois, os relatórios saíram bem, graças a isso; e esta prática, deveria inspirar as províncias. A terminar a sua intervenção, questionou: Quantas visitas à base estão agendadas para o CF, por ano, e quais são os custos?

Gildo Tangata, da Zambézia – Qual é o critério de selecção dos jovens (pagina 7 do relatório)? E qual é a visão para se alastrar para outros?

José Basquete, de Manica (Presidente do CF da UNAC) – Em jeito de resposta ao companheiro Guilherme, disse que o CF faz o seu plano anual; vê o plano do CD, e faz o acompanhamento das actividades da UNAC, a nível nacional. O CF verifica se há ou não disponibilidade de fundos, para custear as viagens de monitoria que constam do plano.

Rabeca Mabui, de Maputo (Secretária da UNAC) – Em jeito de resposta ao companheiro Gildo, disse que havia um plano já aprova-

do, para a formação de outros jovens das províncias, além dos que estão na província de Maputo; é uma parceria entre o Centro, a UNAC e a UPC-Maputo, e o estudo é em regime de internato e visita a famílias, 2 vezes por mês.

Eusébio Honwana, de Maputo – Acrescentou que o centro estava com escassez de fundos; entretanto, estava em processo, a selecção de beneficiários, nas associações. “A ideia deles é de formar em toda a Província de Maputo”.

Luís Muchanga – Um dos desafios actuais, é de pensarmos sobre a expectativa de que depois da formação o jovem seja enquadrado; o que a UNAC faz é garantir que os joven sejam formados.

Inácio Maria Manuel, da equipe técnica da UNAC – Disse que o modelo de produção do centro assemelhava-se à visão de agroecologia, da UNAC.

Arcanjo Nihoa, de Cabo Del-



Encontro paralelo dos Jovens, no âmbito da realização da Assembleia-geral da UNAC.

gado – No parecer do CF, qual é o pensamento da UNAC em relação aos refugiados do conflito armado em CD? Como são amparados os deslocados?

✍ Domingos Buramo – Em jeito de resposta ao companheiro Nihoa disse que os companheiros deslocados devem ser localizados (núcleo e zona onde estão – cada província que tem deslocados deve fazer isso), e apoiados por todos os membros do movimento, que se sintam em condições de fazê-lo; o apoio da UNAC como a Sede, é outro aspecto.

✍ Almirante Gaute, da Zambézia – A Província da Zambézia fez este exercício, e em Alto-Molócoe, a UDAC-União Distrital de Camponeses apoiou em sementes a alguns companheiros deslocados;

✍ Alifa Aide – Em Niassa existem 3 centros mais populosos; a UPCN visitou os centros e organizou-se para doar alguns mantimentos, mas o INGD-Instituto Nacional de Gestão de

Desastres, impôs que os apoios fossem por via dele (o INGD).

✍ Faustina Nampalamula – “Aparentemente, a situação está a melhorar, mas na base as coisas ainda estão na mesma”.

✍ Luís Muchanga – A UNAC fará esforço para que alguém de Cabo Delgado vá participar do Encontro Internacional (Fórum Social Mundial), a realizar-se na Indonésia, a fim de fazer exposição internacional do cenário e, se possível, angariar parcerias e apoios.

✍ Emília Jó, de Manica (Presidente da Mesa da Assembleia-geral), deu por terminado o debate sobre os relatórios, que foram, de seguida, aprovados por unanimidade.

Apresentação do plano de actividades 2023

Debate:

✍ Helena Chiconela, de Inhambane – Seria bom os jovens não serem esquecidos, ao longo da implementação do plano;

✍ Almirante Gaute – Se tivéssemos

fundos, o ideal seria termos assembleias em Janeiro de cada ano, para aprovarmos o plano de todo o ano; ou, se pudéssemos, podíamos aprovar o plano de Junho a Junho, devido à demora de realização da AG;

✍ Delfina, de Inhambane – Seria bom a UPC-Inhambane ter mais formações;

✍ Bartolomeu António, da equipe técnica da UNAC – Exemplo de infra-estruturas – “Temos bons exemplos em Macate e Malema, que forneceram tijolos, e o projecto dá outros materiais – tem de se reforçar esses exemplos”;

✍ Luís Muchanga – O plano 2023 sai do plano estratégico; a proposta é de a cada ano aprovar-se o plano anual e a AG ratificar.

Apresentação dos relatórios das comissões

- **Jovens** (apresentado pelo companheiro Gildo Tangata, da Zambézia);

- **Mulheres** (apresentado pela companheira Genita Armando, da Zambézia);

- **Homens** (apresentado pelo companheiro Faustino, de Cabo Delgado).

Debate:

✍ Ana Paula Tauacale, Presidente da UNAC – “Sempre que o CD se reúne, são convidados representantes de jovens e de mulheres, da província afintriã”;

✍ Alifa Aide – A UNAC tem que criar uma loja para vender capulanas para os membros, e contribuir, dessa forma, para a sua sustentabilidade;

✍ Faustina Nampalamula – “Qual é a proposta da comissão de homens para os delegados das AG's”?

✍ Almirante Gaute – Em jeito de resposta à pergunta da companheira Faustina disse que a ideia

da comissão de homens é de que se reduza o número de delegados, de 5 para 3, em que se teria homem, mulher e jovem. “Quanto à sustentabilidade, em Gúruè há um bom exemplo de criação de uma cooperativa, que ajuda os membros na comercialização dos seus produtos. “Se calhar, este exemplo poderia ser replicado”.

✍ Rabeca Mabui – “Sobre a capulana da UNAC, a ideia é e sempre foi de que esta (a capulana) fosse para ser comprada. E existiram 3 propostas aprovadas”.

✍ Genita – Seria bom que se seleccionasse os pontos focais das comissões regionais ou provinciais de mulheres;

✍ Domingos Buramo – “A proposta sobre a redução de delegados foi acolhida e será analisada na próxima reunião do CD; ídem para a questão de convite aos presidentes cessantes, aos grandes eventos da UNAC, mais concretamente, às assembleias”.

Ponto 3 – Reuniões paralelas das comissões de mulheres e jovens

Encontros paralelos – Os homens podiam reflectir sobre a PTEI 2022, e lançar algumas ideias sobre o associativismo e a sustentabilidade do movimento, inclusive sobre a sustentabilidade das assembleias, como garantir a participação, sob o risco de no futuro não ter-se quórum por causa de insuficiência de delegados (muitas UPC's não conseguem pagar os custos dos seus delegados).

Enquanto isso, as mulheres e os jovens, estariam discutindo assuntos ligados às suas comissões e actividades, como tais.

Ponto 4. Reflexão sobre



Encontro paralelo das Mulheres, no âmbito da realização da Assembleia-geral da UNAC.

Política de Terras 2022 e revisão da Lei de Terras de 1997

a) Governança e Competências de Administração e Gestão de Terras

✍ A nível provincial deve competir ao Governador da Província, autorizar os pedidos de atribuição de terra e não ao Secretário de Estado, visto que o Governador é quem foi eleito pelo povo, através de sufrágio directo;

✍ O Administrador do Distrito deve também ter competências para atribuir terra, para áreas de até 20 ha, para fins de habilitação, agricultura de pequena escala, etc.;

✍ O líder comunitário pode atribuir terra até 10ha.

b) Consulta e Representação Comunitária

✍ Na Consulta Comunitária, deve ser o líder tradicional/ comunitário de nível de primeiro escalão a representar a comunidade, pois, é este que detém o conhecimento tradicional local do território (onde se busca água, locais cerimoniais mágico-religioso, etc.). No entanto, não estão vedadas outras figuras de

representação, desde que popularmente legitimadas pela comunidade local.

✍ Ademais, o conceito de Comunidade Local apresentado no glossário aborda a questão da comunidade local, no âmbito rural, que de alguma forma cria ambiguidade e/ou distorção, pois, a mesma é difusa na sua interpretação e aplicação.

c) Consulta comunitária vs negociação/parcerias comunidade-investidor

✍ Nos processos de realização de consulta comunitária/ negociação com vista a estabelecer parcerias entre as comunidades locais e os investidores (nacionais e estrangeiros), o governo distrital, como parte responsável de conduzir a consulta, deve pagar as despesas ligadas à logística da Consulta Comunitária, como forma de garantir imparcialidade perante a assimetria económica das partes em negociação;

✍ Deve-se instituir figuras/ entidades com o papel de apoiar (antes, durante e depois) a comunidade local, nos processos de consulta/ negociação com potenciais investidores como: (i) Para



Momento da apresentação da Mística - Dança tradicional da Cidade de Inhambane.

Legais (Sociedade Civil) e (ii) Procuradoria Distrital;

✍ Em sede de regulamento das Consultas Comunitárias, deve estar proibida a presença de qualquer contingente policial no local em que está a decorrer a consulta, pois, obviamente, constitui elemento ameaçador e inibidor para expressão e discussão livre da comunidade.

d) Reassentamento Involuntário de pessoas/ comunidades

✍ Em situação de reassentamento forçado de pessoas ou comunidades, resultantes de eventos climáticos extremos (cheias, ciclones) ou de conflitos armados, deve haver tratamento igual ou compensação justa, entre os nativos e os reassentados, principalmente, no que diz respeito à provisão de meios de vida sócio-económicos, para não propiciar a ocorrência de conflitos sociais, entre os dois grupos, pois, a comunidade acolhedora (nativa), muita das vezes sente-se negligenciada, por não ser contemplada com qualquer

apoio, por ter cedido parte da sua terra aos ressentados.

e) Acesso à terra/proteção dos direitos da Mulher e grupos vulneráveis

✍ A nova lei de terras deve colocar a Mulher como sujeito primário na atribuição do título de DUAT, não precisando estar condicionada à figura do marido/ esposo (co-titularidade);

✍ Nos casos em que acontece a transmissão do título de DUAT, em regime de co-titularidade, o processo só deve acontecer com a autorização e aprovação da Mulher.

f) Cessão de exploração

✍ A Comunidade Local deve ter primazia quando há mudança do plano de exploração do investidor, e a sua terra lhe é retirada pelo Estado. Sendo que foi a Comunidade Local que em primeira instância aceitou ceder a terra ao investidor, em casos de incumprimento do plano de exploração, ou expropriação, a terra deve ser retornada ao usuário

inicial, que é a comunidade, e não ser cedida a outro investidor.

g) Transmissibilidade

✍ Transmissão intracomunitária do DUAT segundo as normas e práticas costumeiros só deve ocorrer entre membros da mesma comunidade.

Ponto 5. Diversos

✍ O companheiro Tomás Rafael queixou-se da logística do evento (sala de conferências [apertada] e refeições de baixa qualidade);

✍ O companheiro Saíde Amélia explicou que a escolha do local, para o encontro, não foi da responsabilidade da província, mas sim, do executivo de Maputo;

✍ O Coordenador Executivo explicou que o local inicialmente escolhido (Residencial Ti Jamu) tinha condições piores e, por isso, escolheu-se aquele Complexo Manguele.

Encerramento

No momento do encerramento, o Presidente da UPCI, companheiro Saíde Amélia, agradeceu, mais uma vez, pela escolha da Província de Inhambane, para a realização do evento.

A Presidente da UNAC, companheira Ana Paula Tauacale, agradeceu a presença e participação de todos e todas, desejando boa viagem de regresso, a todos e todas.

Por fim, a Presidente da Mesa da Assembleia-geral, companheira Emília Jó, agradeceu, igualmente, a presença de todos os delegados e delegadas, e encerrou o encontro, anunciando que a próxima Assembleia da UNAC será realizada na Província de Sofala.